

REP - *Suas obras desenvolvem uma proposta educacional orientada pela construção da escola cidadã. Essa construção consiste em quê? O senhor acredita que há exemplos de escolas que não estão comprometidas com a questão da cidadania? Como elas são caracterizadas e o que falta nelas?*

Gadotti - A “escola cidadã”, como “escola pública popular”, foi o último sonho de Paulo Freire quando foi Secretário Municipal de Educação em São Paulo (1989-1991). Defendo a escola cidadã como a escola que contribui para criar as condições que viabilizem a cidadania, através da socialização da informação, da discussão, da transparência, da ética. Numa perspectiva cidadã, a escola deve educar para ouvir, respeitar e valorizar as diferenças. As diferenças exigem uma nova escola, uma escola autônoma, capaz de dar vida a seus sonhos. A escola cidadã tem o papel de articular a cultura, um papel mais dirigente e agregador de pessoas, movimentos, organizações e instituições. Na sociedade da informação, o papel social da escola foi consideravelmente ampliado. É uma escola presente na cidade, criando novos conhecimentos e relações sociais e humanas, sem abrir mão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade, uma escola científica e transformadora. É o que o Município de Osasco (SP), com a assessoria do Instituto Paulo Freire, está fazendo hoje. Em Osasco está se buscando enfrentar um dos maiores desafios da escola pública no Brasil: a inclusão com qualidade. Há qualidade quando alunos e professores aprendem, juntos, a mudar o mundo, a partir da sua leitura. O direito à educação não se reduz ao direito de estar matriculado na escola. É direito de aprender na escola. Para isso foi necessário mexer nas condições de aprendizagem, foi preciso incorporar a primeira comunidade de aprendizagem que a família, o grupo social da infância. A escola, como segunda comunidade de aprendizagem da criança, precisa levar em conta a comunidade não-escolar dos aprendentes. Acho que isso precisa ser feito em todas as escolas brasileiras.

REP - *Na era da globalização, tecnologia e informática fazem parte do cotidiano de praticamente todos os setores da economia. O que o senhor acha da virtualização da educação?*

Gadotti – Assim como a sustentabilidade, a virtualidade é uma das categorias centrais da educação de hoje. As novas tecnologias da informação criaram novos espaços do conhecimento. Agora, além da escola, também a empresa, o espaço domiciliar e o espaço social, tornaram-se educativos. Cada dia mais pessoas estudam em casa, pois podem, de lá, acessar o ciberespaço da formação e da aprendizagem a distância, buscar “fora” a informação disponível nas redes de computadores interligados, serviços que respondem às suas demandas de conhecimento. Como previa Herbert McLuhan, na década de 60, o planeta tornou-se a nossa sala de aula e o nosso endereço. O ciberespaço rompeu com a idéia de tempo próprio para a aprendizagem. O espaço da aprendizagem é aqui, em qualquer lugar; o tempo de aprender é hoje e sempre. A virtualização da educação vem em favor da democratização do conhecimento. É verdade, é preciso ainda zelar pela qualidade e lutar contra a mercantilização. Por isso defendo que o poder público pratique cada vez mais educação a distância. Se ele não estiver presente, esse espaço vai ser cada vez mais ocupado pelas indústrias do conhecimento com enorme perda, sobretudo para os mais empobrecidos.

REP - *O senhor fala muito sobre sustentabilidade em suas obras. Como o senhor avalia o nível de comprometimento e preocupação de instituições de ensino em formar indivíduos ecologicamente conscientes e engajados em questões ambientais?*

Gadotti - Há exatamente quarenta e um anos Paulo Freire escreveu seu livro *Pedagogia do Oprimido*. Hoje, creio que precisamos levar em conta, igualmente, um outro oprimido que é a própria Terra, o maior de todos os oprimidos. O complemento de uma *Pedagogia do oprimido* hoje é uma *Pedagogia da Terra*. Essa pedagogia se constitui num capítulo novo da pedagogia do oprimido. Por isso falo tanto em sustentabilidade e educação ambiental. Foi o modelo insustentável de vida que gerou as grandes crises atuais, todas elas interligadas. Alertas foram dados pelos ecologistas desde os anos 60 do século passado, mas não foram ouvidos. Sustentabilidade é um conceito polissêmico, mas é fácil entender o que é sustentabilidade pelo seu contrário: a insustentabilidade. Insustentável é a guerra, a fome, a miséria, a opressão. No Brasil, as instituições de ensino podem fazer muito se levarem mais a sério da educação ambiental. No Brasil e na América Latina, em geral, a emergência da educação ambiental foi fortemente influenciada pelo movimento de educação popular dos anos 60. Daí o seu caráter crítico e transformador. Mas ela precisa superar, ainda, uma visão naturalista de meio ambiente e assumir uma visão mais sistêmica de causalidades múltiplas, indeterminadas e interdependentes e combinar esses itens e transformá-los em conhecimento sistematizado e em novos hábitos de uma vida sustentável.

REP - *Como surgiu a ideia de criar o Instituto Paulo Freire? Quais as necessidades que a organização pretendia suprir quando foi fundado e quais são suas principais conquistas?*

Gadotti - O Instituto Paulo Freire nasceu em Los Angeles, em 1991, após uma conversa que tivemos com Paulo Freire. Ele nos incentivou a criarmos uma rede de pessoas e instituições que pudessem dar continuidade à pedagogia do oprimido. Ele acompanhou pessoalmente os primeiros anos de atuação do

Intituto. Atualmente, considerando-se Cátedras, Institutos Paulo Freire pelo mundo, o IPF constitui-se numa rede internacional que possui membros distribuídos em muitos países, em todos os continentes. Seu principal objetivo é de dar continuidade e reinventar o legado de Paulo Freire. O que move os seus integrantes é a utopia de construir a cidadania planetária, combatendo a injustiça, a desigualdade social, cultural e qualquer tipo de violência, de preconceito e de exclusão, educando para a transformação. Para isso, desenvolve projetos de assessoria, de consultoria, de pesquisas, cursos de formação e acompanhamento, orientados pelas dimensões socioambiental e intertranscultural, abrangendo três áreas: Educação de Adultos, Educação Cidadã e Educação Popular. O Instituto Paulo Freire mantém a Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, a Casa da Cidadania Planetária, a *Universitas Paulo Freire* (Unifreire) e o Centro de Referência Paulo Freire, com bibliotecas que pertenceram a Paulo Freire e inúmeros registros audiovisuais, manuscritos e documentos disponíveis para estudos e pesquisas.

REP – *O lema do Instituto Paulo Freire é: “compromisso com a cidadania planetária”. O senhor poderia explicar o que esse lema significa?*

Gadotti - A noção de *cidadania planetária* sustenta-se na visão unificadora do planeta e de uma sociedade mundial. Ela se manifesta em diferentes expressões, tais como: “nossa humanidade comum”, “unidade na diversidade”, “nosso futuro comum”, “nossa pátria comum”, “pátria grande” etc. Cidadania planetária é uma expressão adotada para expressar um conjunto de princípios, valores, atitudes e comportamentos que demonstra uma nova percepção da Terra. Trata-se de um ponto de referência ético indissociável da *civilização planetária* e da ecologia. A Terra concebida como “Gaia”, um super-organismo vivo e em evolução. O que for feito a ela repercutirá em todos os seus filhos.

REP - *O Instituto Paulo Freire é membro do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial e secretaria o Fórum Mundial de Educação. O FSM pode ser considerado um movimento educativo?*

Gadotti - O FSM trabalha como o lema “um outro mundo é possível”. Nós sustentamos que para outro mundo possível uma outra educação é necessária. O processo de construção de outro mundo possível é um processo eminentemente educativo. Não dá para entender a ação transformadora do Fórum Social Mundial sem compreendê-lo em sua dimensão pedagógica. Não dá para entender o processo do Fórum Social Mundial como um processo político sem levar em conta a sua dimensão pedagógica. Toda relação de hegemonia é uma relação pedagógica. Toda relação pedagógica é necessariamente política. Entender o FSM como um processo político de mudança, implica entender o FSM como um processo pedagógico de aprendizagem da mudança.

REP - *O senhor foi chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo durante a gestão de Paulo Freire. Foi dessa forma que o conheceu ou já o conhecia? Como foi a experiência de trabalhar com ele? O que o senhor aprendeu e aprendeu com a convivência com ele?*

Gadotti - Conheci Paulo Freire pessoalmente em Genebra, em 1974. O contato com a sua obra era anterior, 1967, quando publicou *Educação como prática da liberdade*, seu primeiro livro. Sobre esse livro fiz meu trabalho final de Licenciatura em Pedagogia naquele mesmo ano. A partir de 1974, comecei a trabalhar estreitamente com ele. Primeiramente foram as trocas de idéias sobre a situação brasileira, dez anos depois do golpe militar de 1964. Nos engajamos em campanhas para auxiliar refugiados políticos. Foram muitos os encontros na cantina do Conselho Mundial de Igrejas de Genebra. Paulo Freire sempre tratava a todos com enorme cortesia e paciência, sempre sonhando com algo, projetando algo, atendendo inúmeros alunos de vários países, dando entrevistas, lendo e escrevendo, discutindo. Depois de me orientar pedagogicamente por três anos, em 1977 participou da banca de meu doutoramento na Universidade de Genebra sobre a educação ao longo de toda a vida. Para mim, Paulo Freire é uma espécie de embaixador do Brasil no exterior. Ele é o educador mais conhecido no mundo. Seu pensamento atravessou as fronteiras geográficas e as fronteiras das ciências, como pensamento transdisciplinar. Creio que, como brasileiros e como educadores, devemos continuar divulgando e estudando a sua obra, não para venerá-lo como a um totem ou a um santo, nem para ser seguido como a um guru, mas para ser lido como um dos maiores educadores críticos do século XX. Honrar um autor é sobretudo estudá-lo e revê-lo criticamente, retomar seus temas, seus problemas, seus questionamentos. No meu entendimento Paulo Freire está sendo reinventado em muitas partes do mundo por muitos motivos entre eles porque foi capaz de estabelecer um marco teórico na sua filosofia da educação baseada, entre outras intuições, na ênfase nas condições gnosiológicas do ato educativo, na defesa da educação como ato dialógico, na noção de ciência aberta às necessidades populares e no planejamento comunitário e participativo. Aprendi muito com Paulo. Aprendi a ter paciência impacientemente, a esperar que a verdade apareça, mesmo que tenha que percorrer uma longa jornada e essa jornada esteja cheia de espinhos. Um dia a verdade vai aparecer, dizia Paulo, quando foi acusado de não levar em conta os conteúdos na educação e de ser não-diretivo. Ele não respondia às críticas diretamente. Limitava-se a explicar melhor suas posições, sem entrar em polêmicas estereis e destrutivas. Paulo nunca polemizou com ninguém.

REP - *O Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA), idealizado por Paulo Freire,*

junta forças do primeiro setor com o terceiro setor na luta pela escolarização de analfabetos. O Movimento completa 20 anos em 2009. Como o senhor avalia o histórico e a ressonância do MOVA ao longo desse tempo?

Gadotti - O Programa MOVA-SP foi lançado no dia 29 de outubro de 1989, na Câmara Municipal de São Paulo, contando com a participação massiva de movimentos sociais e populares da capital paulista. A concepção pedagógica do MOVA foi se constituindo processualmente com o próprio desenvolvimento do programa. Os parceiros do MOVA (as entidades), em constante diálogo com a Secretaria Municipal de Educação (SME), foram determinantes nesse processo, contribuindo, com sua experiência em programas de alfabetização de adultos, na concepção, execução e avaliação do programa. Essa metodologia foi se aperfeiçoando em numerosas outras experiências dos diferentes MOVAs implementados depois e que, inspirados no primeiro, foram agregando reflexões sobre suas práticas e aperfeiçoando esse instrumento de educação e de transformação social. O MOVA não pode ser separado de sua metodologia. Por isso hoje se dá tanta importância à necessidade de manter o que poderíamos chamar de “padrão MOVA” que está se dando no interior dos encontros nacionais de MOVAs, articulados, atualmente, pela *Rede MOVA BRASIL*. Ela é hoje a grande herdeira dessa diversidade de experiências de MOVAs. O Programa MOVA-SP serviu de referência para outras experiências. O MOVA é um exemplo concreto de como a educação pode impulsionar a cidadania e os direitos humanos, fortalecendo a sociedade civil e os movimentos sociais e populares e promovendo, ao mesmo tempo, emprego, renda e dignidade. Para além das letras e dos números, o MOVA tem garantido a muitos brasileiros e brasileiras e às suas comunidades a oportunidade de reconstruírem seu destino.

REP - *No livro Pedagogia da Práxis, o senhor afirma que “se a escola é o locus central da educação, ela deve tornar-se o pólo irradiador da cultura não apenas reproduzi-la ou executar planos elaborados fora dela, mas para construir e elaborar a cultura”. Por causa do novo ENEM, que avalia competências e habilidades em detrimento da memorização de conteúdos, há a possibilidade da reformulação do currículo do ensino médio. O senhor acredita que essa iniciativa do MEC de elaborar uma prova que exige a articulação do conhecimento colabora para melhorar esse contexto que chama de “reprodução e execução dos planos elaborados fora da cultura”? O que o senhor acha do novo sistema unificado de seleção para o ensino superior?*

Gadotti – Creio que o novo ENEM está no caminho certo. Decorar conteúdos para passar em exames não tem o menor sentido educacional, sobretudo hoje, quando a informação está generalizada. Vale muito mais a pena saber pensar do que deter enorme quantidade de informação descontextualizada. Trata-se, muito mais, de saber comunicar-se, de saber pesquisar, de ter raciocínio lógico, de fazer sínteses e elaborações teóricas, de saber organizar o seu próprio trabalho, de ter disciplina para o trabalho, de ser independente e autônomo, de saber articular o conhecimento com a prática e de continuar aprendendo ao longo de toda a vida. E isso que fará a diferença na vida de uma pessoa e isso deve ser levado em conta na seleção para o ensino superior. Hoje os métodos de avaliação são extremamente rigorosos e podem alcançar um grande grau de veracidade. Por isso, o mais importante, na avaliação, é definir os critérios que a presidem, a filosofia educacional que a fundamenta. Há muito anos essa mudança estava sendo reclamada pelos educadores, principalmente em relação aos vestibulares. Estamos avançando.

REP - *Recentemente, o MEC lançou o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica: abriu mais de 52 mil vagas em cursos superiores gratuitos para professores da rede pública de educação básica que não têm o diploma universitário exigido por lei. O que o senhor acha dessa iniciativa do governo? Além disso, qual é a sua opinião a respeito da exigência do diploma para trabalhar como professor na rede pública?*

Gadotti – Para mim, toda iniciativa que visa à formação de professores, seja ela inicial ou continuada, é necessária para a melhoria da qualidade do ensino e deve ser incentivada. Todo professor precisa ter diploma universitário, seja ele da pós-graduação ou da creche. Um médico de crianças deve ter a mesma formação que tem um médico de adultos. Ensinar às crianças é até mais difícil do que ensinar a adultos. O professor mais importante de nossas vidas é aquele ou aquela que ensina a criança ou ao adulto a ler e a escrever. A professora alfabetizadora deveria ser mais valorizada. O MEC anunciou uma série de medidas agrupadas em seu *Plano de Desenvolvimento Educacional*. Não se trata propriamente de um “plano” no sentido pleno deste termo. Trata-se de um conjunto de propostas e programas que, a meu ver, estão corretos, mas devemos acompanhar o seu desdobramento. É preciso enfrentar, no Brasil, o *abandono escolar* que gira em torno de 20%. A *reprovação* causa uma defasagem idade-série em torno de 40%. Esse “fracasso escolar” custa mais caro ao país do que qualquer inovação educacional. O Brasil está investindo hoje em cadeias o que deixou de investir, no passado, na escola pública.

REP - *O Movimento Todos pela Educação tem cinco metas que devem ser alcançadas até 2022. Uma delas é que toda criança esteja alfabetizada até os 8 anos de idade. Hoje, o Brasil tem 14 milhões de analfabetos plenos. O senhor acredita que os objetivos do Todos pela Educação vão ser efetivados? No seu ponto de vista, quais são as prioridades e aspectos fundamentais para contemplar as metas do Movimento?*

Gadotti – Entre os países emergentes, o Brasil é o que tem o maior atraso educacional, o que está prejudicando o seu desenvolvimento econômico. Como em 2022 celebraremos os duzentos anos de Independência, o governo federal está se colocando metas e estratégias para essa data. Até agora todos os planos e metas educacionais não foram cumpridos como se esperava. Há, inclusive na sociedade, um grande esforço para que desta vez não fracassemos. As prioridades estão certas, contudo, o esforço deve ser muito maior para cumpri-las. Não basta ter planos. É preciso acompanhá-los, monitorá-los. No campo do analfabetismo adulto esse esforço não está sendo suficiente. Como educador tenho que acreditar, mas minha esperança não deve ser ingênua. Como educador não posso me contentar só com as conquistas que tivemos nos últimos anos, entre elas o piso salarial nacional do magistério. Precisamos ir muito além. Se quisermos distribuir renda para crescer, precisaremos distribuir conhecimento, que é a maior riqueza que um indivíduo pode ter. A educação precisa ser realmente prioridade.

REP - *As regiões norte e nordeste têm as taxas de analfabetismo mais alarmantes. De que forma o senhor acredita que esse cenário poderia ser amenizado e que medidas têm sido eficazes para mudar essa realidade?*

Gadotti - A realização da sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA) da Unesco, no Brasil, em 2009, nos convida à reflexão sobre a questão da alfabetização de adultos. De caráter intergovernamental, ela tem por objetivo a promoção da educação de adultos como política pública no mundo. Agora, pela primeira vez ela se realiza no hemisfério sul e no país de Paulo Freire. E como está este país de Paulo Freire no campo da alfabetização de adultos e o nordeste, em particular, onde ele nasceu? O cenário não é animador. Sabemos que há uma enorme precariedade na oferta de EJA, sobretudo no campo. Os Fóruns de EJA vêm evidenciando a enorme pulverização de esforços e os poucos recursos destinados à essa modalidade da educação básica. Os governos não estão valorizando as iniciativas da sociedade civil nesse campo. Exemplo disso foi a reformatação, em 2007, do Programa *Brasil Alfabetizado*. A participação da sociedade civil tem sido pouco incentivada. Não é de se estranhar, portanto, que persistam altos índices de analfabetismo, sobretudo no norte e no nordeste. A saída é mais investimento e mais atenção ao tema por parte das três esferas de governo. A boa notícia é a queda na taxa de analfabetismo na faixa etária de quinze a 29 anos, que é hoje de 3,14%, graças aos esforços na extensão do ensino fundamental.

REP - *Qual é a sua opinião a respeito de cotas? Reservar vagas nas universidades para classes populares, negros e índios é uma solução ou cria mais problemas?*

Gadotti - As ações afirmativas, chamadas também de “cotas”, são necessárias. Considero-as como a correção de uma injustiça histórica que não foi criada pela educação, mas pela própria desigualdade social. É uma política adotada pelo atual governo com sucesso. Sou plenamente favorável a ela, mas pode ser aperfeiçoada com a experiência. Uma medida concreta seria um melhor acompanhamento dos alunos desses programas, verificando o seu desempenho escolar, que depende não só do acesso, mas das condições concretas de vida, da compra de material e da disponibilidade de tempo para estudar.

REP – *O que o senhor espera do desenvolvimento da educação no Brasil? Enfim, quais são suas perspectivas para o futuro da educação no país?*

Gadotti - Creio que o projeto atual de privilegiar os não privilegiados deve continuar sendo aprofundado, corrigindo as distorções pela base. O governo Lula tem dado uma demonstração de coragem enfrentando o corporativismo e o basismo, orientando-se pelo sonho de uma sociedade de iguais, respeitando as diversidades. Além do Ministério da Educação outros Ministérios estão preocupados com a educação. Os “Pontos de Cultura” do MINC fazem educação de jovens; o Ministério do Desenvolvimento Social promove a educação cidadã através de uma rede do “Fome Zero”; o Ministério das Comunicações realiza Inclusão Digital. Destaco ainda o Pró-Jovem, um programa de formação da Presidência da República. Esse é o entendimento moderno da Educação Básica que não se limita ao sistema formal. A grande novidade deste início de século é o aparecimento da educação não-formal e continuada ao longo de toda a vida. O Governo Lula está correto orientando-se por essa perspectiva da educação característica do século XXI. Governos e sociedade, políticos e eleitores, precisam saber que a finalidade da Educação é a produção da liberdade, a criação do destino de cada um, de cada uma. Ela não é uma questão puramente eleitoral ou partidária. Todos devemos cuidar da educação, independentemente de partido político, de ideologia. Podemos ter nossas diferenças político-partidárias, mas a causa da educação está acima dessas diferenças. Não cuidar da educação é não cuidar da nação, do destino da sociedade, da liberdade e do destino de cada um, de cada uma.

REP - *Sua obra desenvolve uma proposta educacional cujos eixos são a formação crítica do educador e uma perspectiva dialética que orienta a escola pelo paradigma da planetaridade. No que consiste essa “formação crítica do educador”? Como fazer dele um profissional mais crítico? A ausência ou negligência desse aspecto resulta num educador com quais características?*

Gadotti - Quando se fala em “formação crítica” muitas vezes se entende, equivocadamente, que é uma formação para criticar. Essa é uma visão pejorativa e distorcida da palavra “crítica”. A pedagogia crítica tem uma longa tradição na educação e ela remete às raízes da própria educação. Por isso, em alguns países, como nos Estados Unidos e no Canadá, ela é também chamada de “pedagogia radical”. Uma visão crítica do processo da alfabetização, por exemplo, remete às raízes sociais, econômicas e políticas do analfabetismo. Paulo Freire insistia nisso, afirmando que o analfabetismo é resultado desses condicionantes e que representa a negação de um direito. O analfabeto precisa saber que ele não é culpado pelo seu analfabetismo. O alfabetizador que tem uma formação crítica deverá mostrar essa relação entre analfabetismo e sociedade injusta. A ausência de uma formação crítica do educador, em qualquer nível, leva à descontextualização do currículo. Ela representa uma falha grave na sua formação. Ser crítico, nesse sentido, nada tem a ver com ser sectário. Muito pelo contrário, a formação crítica dará ao educador os instrumentos para que ele possa entender melhor a realidade e melhor exercer a sua profissão. Finalmente, quando me perguntam sobre a “perspectiva dialética” eu respondo que meu referencial é dialético, baseado na longa tradição filosófica da dialética, de vai de Heráclito aos nossos dias, mas que minha perspectiva dialética é renovada e não ortodoxa. Isto significa que ela é radical, não sectária. O conceito de planetaridade, que entende a Terra como uma única comunidade, é um desses conceitos renovadores da dialética hoje e, por isso, é um paradigma válido para reorientar nossos currículos e nossa educação.